

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA
VIOLÊNCIA SEM FIM

A cada hora, uma mulher é agredida no Paraná

Mais de 2,7 mil ocorrências tipificadas pela Lei Maria da Penha foram registradas em pouco mais de 5 meses. Estado é o terceiro do País mais violento com relação a homicídios. ■ Dados da Organização das Nações Unidas apontam que uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual, cerca de 120 milhões de meninas foram submetidas a sexo forçado e 133 milhões de mulheres sofreram mutilação genital.

BRASIL

Estupros em 2013

50,3 mil

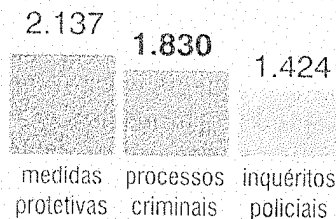


6 a cada hora

1 a cada 10 minutos

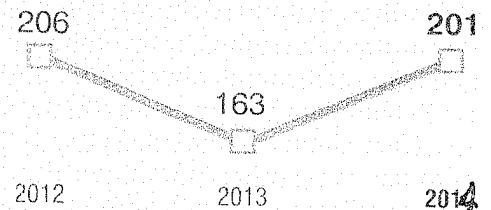
6ª Vara Criminal (Maria da Penha), em Londrina

Violência doméstica



Centro de Atendimento à Mulher (CAM), em Londrina

Atendimentos de novos casos



PR registra 25 crimes contra mulheres por dia

Dados são do Ministério Público e incluem atos como homicídio e lesão corporal

Marian Trigueiros

Reportagem Local

Londrina - Uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual. Cerca de 120 milhões de meninas já foram submetidas a sexo forçado e 133 milhões de mulheres e meninas sofreram mutilação genital. Os dados são da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora essas violações sejam comuns ao cotidiano de milhares de mulheres, muitas vezes elas se tornam invisíveis ou são tratadas como algo relativo à esfera familiar. Para romper esse silêncio, desde 1981 o movimento feminista comemora em 25 de novembro, o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

No Brasil e no Paraná a situação de violência contra mulher não é diferente. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, foram registrados 50,3 mil estupros no País, uma média de quase seis a cada hora, um a cada 10 minutos. O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, feito pelo Congresso - que investigou ações do poder público em todo o País e trouxe 32 recomendações para o governo do Estado - o Paraná foi apontado como o terceiro Estado mais violento com relação a homicídio de mulheres, com uma taxa de 6,3 mortes a cada 100 mil mulheres. A média nacional ficou em 4,4 homicídios.

Os números vão de encontro à situação registrada pelo

Ministério Público (MP) do Paraná. De acordo com o Cadastro Unificado, criado em junho deste ano, do total de crimes previstos na Lei Maria da Penha, até o momento já são 2.772 crimes registrados em todo Estado; 1.548 somente entre os meses de junho e agosto. Em Londrina, 55 crimes neste mesmo período, num total de 74 ocorrências. Se calculados somente o período fechado, resulta em 25 crimes por dia no Estado e quase um por dia em Londrina. Entre os crimes previstos na Lei estão homicídio e lesão corporal.

“É um número muito alto e que precisa ser combatido, ainda mais se levarmos em considerarmos que muitos crimes ainda não foram contabilizados no total. Com a intenção de não só registrar os casos, mas, monitorar onde, especificamente, esse crimes estão ocorrendo, o MP tem buscado sensibilizar os agentes internos e externos - policiais, delegados, promotores - para lidarem com o problema de maneira enfática, e, também, preventiva”, diz a promotora Mariana Bazzo, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop) de Justiça do MP-PR.

Se, aparentemente, houve aumento no número de casos, também houve aumento no número de denúncias. Levantamento feito pela 6ª Vara Criminal de Londrina, a pedido da reportagem, mostrou que, desde o início das ativi-

dades da unidade es-
zada, já são 2.273 processos criminais. Destes, 1.830 são referentes à violência doméstica contra mulher. Esse montante não contabiliza os que já foram sentenciados. Ainda, neste mesmo período, 2.137 medidas protetivas foram expedidas. Além da Delegacia da Mulher, onde as mulheres podem registrar boletim de ocorrência, a cidade conta com núcleos de auxílio jurídico e psicológico, como o Centro de Atendimento à Mulher (CAM) e Núcleo Maria da Penha (Numape) e o telefone 180.

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, destaca que, neste ano, a campanha também alerta para o cumprimento da Plataforma de Ação de Pequim, cuja aprovação completará 20 anos em 2015. Fruto da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, a plataforma listou 12 áreas de trabalho, como Mulheres e Pobreza e Mulheres e a Mídia, e apontou ações concretas que deveriam ser desenvolvidas pelos países signatários para promover a igualdade de gênero.

Em relação à violência, considerava que essa violação “constitui obstáculo a que se alcance os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz”, nos termos da declaração. Quase 20 anos depois da aprovação do texto, mais de dois terços dos países aprovaram leis contra a violência doméstica, em decorrência das propostas elaboradas em Pequim, segundo a ONU. (Com Agência Brasil)

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Paranaenses também são vítimas

BRASIL

Estupros em 2013

50,3 mil



6 a cada hora

1 a cada 10 minutos

Assassinatos

4,4 a cada 100 mil mulheres

Cadastro Unificado MP-PR
(crimes caracterizados
na Lei Maria da Penha)

Paraná

2.772 ocorrências de
junho até agora

1.548 ocorrências entre
junho e agosto

Londrina

74 ocorrências de
junho até agora

55 ocorrências entre
junho e agosto

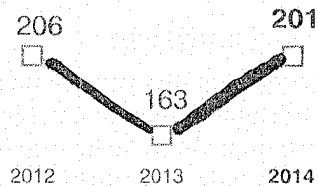
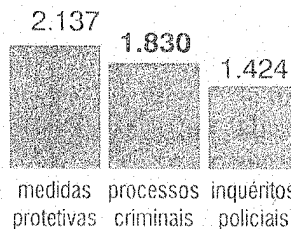
6ª Vara Criminal (Maria
da Penha), em Londrina*

Violência doméstica



Centro de Atendimento à
Mulher (CAM), em Londrina*

Atendimentos de novos
casos



*Números desde a instalação da
Vara, em 2010, até o momento

Fonte: 6ª Vara Criminal de Londrina, Centro de Atendimento à Mulher, Ministério Público do Paraná, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Mapa da Violência 2012 e Organização Mundial da Saúde

Folha Arte

Enfrentamento não deve ter foco somente na punição

Londrina - Consultora do Instituto Patrícia Galvão, a advogada e socióloga Fernanda Matsuda atenta que o enfrentamento à violência de gênero não deve partir apenas da vertente da punição. "O combate à violência exige uma mudança de olhar. As vítimas não desejam só responsabilização do agressor, mas

uma vida sem conflitos, sem violência e de convivência familiar pacífica. Obviamente, há situações que apenas uma medida protetiva a fim de evitar um desfecho mais grave. Porém, o problema da violência doméstica pede várias respostas, mais do que a Justiça Criminal, sozinha, é capaz de fornecer", comenta, ressaltando para a necessidade de uma rede integrada de serviços.

Beatriz Accioly, antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferen-

ça do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), concorda com a opinião de que o enfrentamento da discriminação de gênero necessita de um esforço coletivo. "E isso passa por várias iniciativas além de leis e políticas públicas. Passa, sobretudo, por um processo de educação de gênero que não seja normativa, excludente e favoreça desigualdades. Quanto mais cedo isso for ensinado, menos teremos o comportamento que naturaliza a violência doméstica", pontua. (M.T.)

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

2,5 mil presos são atendidos por mutirão

Defensoria Pública espera que seja aplicada progressão de pena em pelo menos 5% dos casos

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – A Defensoria Pública do Paraná (DPPR) finalizou ontem em Londrina a força-tarefa iniciada no começo do mês para atender presos provisórios e condenados da cidade. O mutirão fez parte do projeto “Defensoria Pública Sem Fronteiras”, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege). A meta da iniciativa era verificar a situação de 6 mil detentos das comarcas de Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão.

Em Londrina, foram atendidos 2,5 mil presos das unidades 1 e 2 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), Casa de Custódia (CCL) e 3º Distrito Policial (DP). Foram analisados todos os processos. Os advogados conversaram com todos os detentos da PEL 2, CCL e 3º DP. Alguns processos de presos da PEL 1 ainda estão sendo analisados.

“A nossa expectativa é que consigamos provocar uma mudança de regime de pelo menos 5% dos casos analisados. Mas, o objetivo principal do mutirão não é apenas o esvaziamento das prisões e sim explicar aos detentos a situação processual de cada um. Este acompanhamento traz uma tranquilidade para

eles e evita um clima de revolta e que pode levar a rebeliões”, apontou o defensor público Gregory Victor de Farias, coordenador do mutirão em Londrina.

Por meio do Condege, 20 defensores, sendo 16 de outros Estados, realizaram os trabalhos em Londrina desde o dia 3 de novembro. De acordo com a DPPR, o mutirão não atingiu os detentos do 4º e 5º distritos e do Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon), já que a situação nestas unidades está sob controle. “O 4º e o 5º estão recebendo só presos provisórios e nestes casos a Defensoria já está atuando”, frisou Farias.

Na tarde de ontem a equipe da DPPR atendeu a 74 presas do 3º DP. A unidade tem capacidade máxima para 36 mulheres. De acordo com Gregory Farias, os principais problemas encontrados pelo mutirão são o cumprimento de regimes indevidos, presos que já deveriam estar no semiaberto e ainda cumprem pena no regime fechado, e detentos que estão presos provisoriamente há muito tempo e ainda não foram julgados. “Há algumas posições inflexíveis do Judiciário em relação a data-base para fins dos benefícios executórios, como a progressão

de pena. Isso trouxe surpresa para muitos defensores de outros Estados, já que a progressão tem sido apontada a partir do trânsito em julgado da sentença penal. Isso gera a superlotação dos presídios”, afirmou o defensor público.

Baseado na análise dos processos, diversos Habeas Corpus (HC) foram solicitados pela DPPR e alguns já foram atendidos pela Justiça. “Já surgiu algum efeito com a progressão de presos do regime fechado para o semiaberto. Alguns detentos da CCL receberam o benefício da tornozeleira eletrônica”, citou Farias, sem confirmar os números oficiais. A DPPR vai divulgar nos próximos dias um relatório com os dados finais da força-tarefa.

De acordo com o Creslon, 85 presos de Londrina já utilizam a tornozeleira. Deste total, 61 são detentos do regime semiaberto e 24 provisórios, que cumpriam pena nos distritos e CCL. O benefício começou a ser concedido na cidade em 16 de outubro.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Audiência propõe melhorias

26 NOV 2014

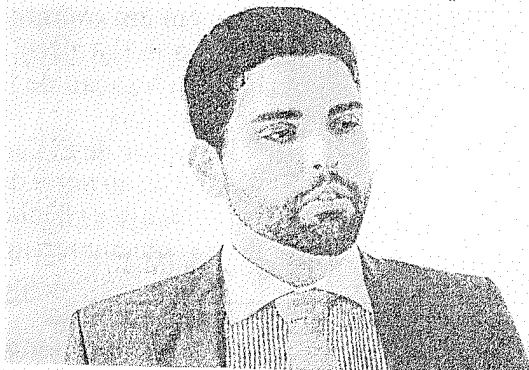
Londrina – Uma audiência pública realizada na noite de segunda-feira discutiu a situação do sistema penitenciário do Paraná. O debate ocorreu na Câmara Municipal de Londrina. O objetivo foi elencar as deficiências enfrentadas pelas unidades e cobrar melhorias do Estado. A preocupação surgiu após as 23 rebeliões registradas desde o início do ano.

O encontro contou com representantes de vários órgãos: Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindarspen), Movimento Nacional de Segurança Pública, Conselho dos Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, além de vereadores e diretores de unidades prisionais de Londrina. Nenhum representante da Secretaria Estadual de Justiça (Seju) compareceu.

“As situações são muito complexas. É uma tragédia anunciada. O Estado precisa ter atitude política mais enérgica para solucionar os problemas existentes nas penitenciárias e não correr do debate. Há situações em que penitenciá-

rias não têm nem rádio comunicador. Como fica numa situação de rebelião? O governo aumenta benefícios como o tempo da visita íntima e a família tem que trazer produtos de higiene e até colchão para o familiar detento”, destacou o presidente da Câmara Municipal, Rony Alves (PTB).

Uma comissão foi escolhida durante a audiência e uma Carta de Intenções será entregue ao governador Beto Richa, com propostas levantadas durante o encontro: instalação imediata de bloqueadores de celulares, rádios comunicadores para os agentes penitenciários, construção de novas unidades, contratação de agentes e treinamento contínuo, além da discussão sobre a privatização do sistema penitenciário. Outras sugestões são o estabelecimento de área de segurança nos arredores das penitenciárias e elaboração de um convênio com o Patronato para prestação de serviço alternativo em órgãos do município. (L.F.C.)



“Objetivo do mutirão é explicar aos detentos a situação processual de cada um”, salienta Gregory Farias

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Deputados de 4 estados tentam 'destravar' TRFs

Luis Fernando Wiltemburg

Reportagem Local

Uma mobilização de deputados federais do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas tenta viabilizar a criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs) já promulgados pelo Congresso Nacional, mas suspensos por força de liminar concedida em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). A frente parlamentar mista pela criação dos tribunais promoveu ato ontem pela manhã na Câmara Federal em defesa da instalação das novas cortes.

Os novos TRFs foram aprovados pela Emenda Constitucional (EC) 37, em abril do ano passado, contestada judicialmente pela Associação Nacional dos Procuradores Federais. A liminar em resposta à Adin foi concedida pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, hoje aposentado.

Pela EC 37, os cinco atuais

TRFs seriam ampliados para nove. Neste caso, Paraná deixaria de fazer parte do TRF da 4ª região, que engloba Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Com sede em Curitiba, o TRF6 também cuidaria das demandas de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul – este último, ligado ao TRF1, com sede em São Paulo.

O ato foi realizado ontem para confrontar projeto enviado pelo STF ao Congresso para criar mais vagas de juízes federais. O texto está sob análise da Comissão de Trabalho da Câmara.

Segundo o deputado federal Alex Canziani (PTB-PR), os parlamentares envolvidos trabalharão para que ele fique com a relatoria do projeto e que as vagas, se aprovadas, sejam destinadas principalmente aos quatro Estados que aguardam os efeitos da EC 37. Além disso, está marcada audiência com o ministro Luiz Fux, novo relator da Adin, para tentar reverter a liminar.

MP pede devolução de

R\$ 34,7 mil a Barbosa Neto

Ex-prefeito e ex-presidente
da CMTU Lindomar Santos
teriam nomeado assessor que
recebeu sem prestar serviços

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Ministério Público quer que o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto devolva aos cofres públicos R\$ 34.767,26, junto com o ex-presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) Lindomar Mota dos Santos e do ex-servidor da companhia Mário Sérgio de Marques Martins, nomeado para serviços que não teriam sido prestados pelo funcionário.

Segundo o MP, Martins foi nomeado por Santos como assessor técnico da CMTU em 13 de agosto de 2009, mas, até sua exoneração, em 1º de fevereiro de 2010, permaneceu à disposição do gabinete de Barbosa, informalmente, ao invés de executar seus serviços na companhia de economia mista. Ainda de acordo com a representação, Martins era pessoa de confiança de Barbosa e Santos tinha conhecimento do fato, de acordo com declarações dele próprio à Promotoria de Justiça.

Os promotores de Defesa do Patrimônio Público Renato de Lima Castro e Leila Schimiti consideram que as atitudes "consubstanciam atos de improbidade administrativa, causaram lesão ao erário e violaram os princípios que regem a administração pública" por

permitir que Martins, mesmo sendo remunerado pela CMTU, trabalhasse para os "próprios interesses" do prefeito. Ainda de acordo com a inicial, não houve qualquer ato de cessão do funcionário para a administração municipal.

A ação de improbidade pede a anulação da nomeação e consequente devolução dos salários recebidos à época, solidariamente pelos três envolvidos, além de multa por danos morais no mesmo valor (R\$ 34,7 mil). A ação, entretanto, não explica exatamente o que o servidor fazia no gabinete do prefeito. Procurados na tarde de ontem, Leila não pôde atender a reportagem e Castro já havia deixado o MP.

Barbosa disse que não poderia se pronunciar porque não se recorda da nomeação de Martins, assim como não se lembra quem era ele ou que função exercia. "Faz muito tempo e o prefeito assina tantas coisas num mesmo dia", justificou. Santos afirma que se recorda do ex-funcionário da CMTU, mas também se recusou a se manifestar antes de ser notificado e tomar conhecimento do teor da ação. Martins não foi localizado pela reportagem. Pelo site de acompanhamento de processos do Tribunal de Justiça, nenhum dos acusados foi notificado ou constituiu advogado.

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUÍZ GERALDO MAZZA

O foro privilegiado

A defesa dos executivos presos na Lava Jato vai aos poucos montando uma estratégia: uma delas, já referida em três casos, é a de caracterizar a extorsão praticada por mediadores da Petrobras sob ameaça de perda de contratos e dificuldades na renovação, o célebre "dá ou desce"; outra é a de questionar o juiz Sérgio Moro nas menções a políticos e na sua resistência a esse fato para preservar a autoridade do STF. O ministro Teori Zavascki, a quem cabe o exame da matéria no Supremo, fez a interpelação ao juiz sobre a questão invocada por advogados.

O argumento de Sérgio Moro é o de que políticos não são investigados e sim os desvios na Petrobras. Para ele, se o desvio posteriormente foi empregado para propinas a deputados e senadores ocorreu um novo crime, o de corrupção, que não é o foco e o objeto das ações que julga.

Inclusive, casos de paranaenses como o de André Vargas, que teve a passagem de avião paga pelo doleiro, e daquele outro, também de Londrina, mas integrante do PSDB, citado como amigo de Youssef, que deu margem a um pedido de acareação entre depoentes e recusado por fugir à integridade linear do processo e criar espaços para o escapismo.

Obviamente, há em tudo isso um esforço para questionar a rigidez do julgador e tentar repetir o roteiro do mensalão que foi para o STF, respaldado por uma CPI bem mais efetiva do que a mista atual. Indispensável que a Procuradoria Geral da República, até aqui com um desempenho semelhante ao do mensalão, mas aceitando a orientação do juiz, quanto à competência, se sinta invocada também ao questionamento. A menção a políticos (e houve com André Vargas e Luiz Argôlo e mais o misterioso personagem do PSDB de Londrina) tem sido, de forma sistemática, evitada pelo juiz, o que, no entanto, se dará, mais cedo ou mais tarde. Para a base aliada, um comprometimento do PSDB, denunciado no caso de Sérgio Guerra, este para arquivar a primeira CPI da estatal em troca de R\$ 10 milhões, serviria para generalizar a tese da farinha do mesmo saco também ocorrida no mensalão com o comprometimento do tucano Azeredo.

26 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz cobra

'melhor entendimento'

Londrina - A criação do Provita-PR, por meio da Lei Estadual nº 14.551, de 2 de dezembro de 2004, seguiu os parâmetros da Lei Federal nº 9.807, de julho de 1999, que havia instituído o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e estabelecido as normas para os Estados criarem programas especiais com esse objetivo.

O protegido tem sua identidade, imagem e dados pessoais preservados, precisa mudar de residência (geralmente para outro Estado) e recebe assistência jurídica, social, médica e psicológica, além de ajuda financeira mensal caso não tenha condições de trabalhar. O Estado presta segurança na residência e escolta para deslocamentos, e as telecomunicações da pessoa protegida são monitoradas. O período máximo de proteção é de dois anos, mas pode ser prorrogado caso perdurem os motivos que geraram a admissão no programa.

Em um caso recente de grande repercussão, quatro rapazes que teriam sido torturados para confessar o assassinato da adolescente Tayná Adriane da Silva, 14 anos, crime ocorrido em junho do ano passado em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), foram incluídos no programa.

O Provita-PR é administrado por um conselho deliberativo de 13 mem-

bros, composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da OAB-PR, do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná e de entidades não governamentais.

Segundo o juiz Pedro Corat, presidente do Conselho Deliberativo do Provita-PR, o programa paranaense já atendeu 137 pessoas desde sua criação. Destas, foram efetivamente incluídas no programa 114 vítimas ou testemunhas ameaçadas. Além dessas situações, o Provita-PR atendeu 12 casos oriundos do programa federal, em um total de 29 pessoas, e 25 casos permutados que envolviam 66 pessoas.

"O Provita-PR tem sido um exemplo em termos de gestão e eficiência para todo o País. Temos forte atuação de entidades governamentais e da sociedade civil. Os números mostram a eficiência do modelo em nosso Estado. Porém, um melhor entendimento dos órgãos governamentais em geral, para tratar o programa como uma política pública prioritária, seria essencial. O combate à impunidade é condição para uma maior segurança da sociedade, com consequente diminuição da criminalidade. O que diminui a criminalidade não é o aumento das penas ou a diminuição da maioria penal, mas sim a certeza de que não haverá impunidade", aponta Corat. (F.G.)

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Brasília tem ato pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná

Para deputados e representantes de entidades civis, projeto do STJ que aumenta número de juízes inviabiliza criação da corte no estado

CURITIBA

Angieli Maros

Deputados, representantes de entidades e juízes participaram ontem, em Brasília, de um ato público pela criação de Tribunais Regionais Federais (TRFs) no Paraná e em outros três estados. A mobilização foi organizada para pressionar pelo andamento da Proposta de Emenda Constitucional 37/2013, que determina a implantação do TRF da 6.ª Região (com sede em Curitiba) e de outros tribunais no Amazonas, na Bahia e em Minas Gerais.

Aprovada pelo Congresso, a proposta está paralisada desde julho do ano passado, quando foi suspensa liminarmente pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa.

O ato aconteceu no plenário 7 da Câmara dos Deputados. Participaram os deputa-

dos federais do Paraná Alex Canziani (PTB), Rubens Bueno (PPS), Eduardo Sciarra (PSD) e Leopoldo Meyer (PSB), além do deputado eleito Sérgio Souza (PMDB) e de parlamentares mineiros e baianos. Também estiveram no encontro representantes da Associação Comercial do Paraná (ACP), da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) e o juiz Anderson Furlan, presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe).

A mobilização foi motivada pelo projeto do Superior Tribunal de Justiça (STJ), enviado ao Congresso na semana passada, determinando a ampliação do número de juízes nos TRFs já existentes, inclusive no da 4.ª Região — responsável hoje por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para os representantes paranaenses, o projeto ameaça a criação do TRF no estado. No entendimento do STJ, a ampliação do quadro de juízes seria suficiente para suprir as necessidades do Judiciário nos três estados. O projeto pede a criação de 82 novos cargos de juízes federais, sendo 12 para o TRF da 4.ª Região.

O grupo também participou de uma audiência com o ministro do STF Luiz Fux, relator da PEC que cria os quatro novos tribunais. "Queremos que ele [Fux] dê mais agilidade no julgamento da PEC. O processo está maduro, não dá mais para esperar", disse Sérgio Souza. Fux recebeu uma moção a favor da criação dos tribunais. O mesmo documento será entregue no próximo dia 4 de dezembro ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

TJ-PR lança campanha para erradicar o sub-registro de nascimento

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná lançou, na última semana, a campanha estadual "Criança Cidadã - Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento". O objetivo é promover, até o dia 8 de dezembro, o registro civil de todas as crianças do Estado do Paraná. De acordo com dados de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,8% da população do Paraná não possui registro de nascimento.

A iniciativa é uma parceria do Tribunal de Justiça com a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpen), Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná (Irpen), Itaipu Binacional, e Rede Paranaense de Televisão (RPCTV).

De acordo com o presidente do Tribunal, a campanha pretende erradicar o chamado sub-registro. "Esse programa tem por finalidade fazer com que todas as crianças no Estado do Paraná sejam registradas por meio da soma de esforços de todas essas entidades", explicou o presidente.

Ainda de acordo com o IBGE, as principais causas da falta do registro de nascimento são a distância do cartório, custo de deslocamento, desconhecimento da importância do registro, ausência de cartórios no município, dificuldade de implementação de fundo

compensatório para os atos gratuitos e, finalmente, filhos que não têm o reconhecimento inicial paterno.

Segundo o diretor de registro civil da Anoreg-PR, Ricardo Augusto Leão, esse é um passo a mais no sentido de localizar as pessoas que não levam essas crianças para serem registradas. "Precisamos trabalhar em conjunto, a fim de localizar os bolsões de sub-registros, as localidades com índice de desenvolvimento humano baixo para atingirmos a meta", destacou Leão.

Diversos meios de comunicação em todo o Estado já estão divulgando a campanha. Além disso, também foram fixados seis mil cartazes em locais de grande circulação e distribuídos milhares de panfletos alertando as pessoas para participarem. Marcelo Dias Lopes, representante da Rede Paranaense de Televisão (RPCTV), ressaltou a importância desse mutirão para o Estado do Paraná como um todo.

"Apesar de ser um número pequeno de crianças sem registro, enquanto existir alguém não registrado é motivo de preocupação para nós. Precisamos fazer com que essas crianças passem a existir, elas não são cidadãs ainda. Isso tem tudo a ver com a missão do nosso grupo, o que a gente busca fazer em desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente e crescer com esse mutirão que é uma grande ideia e uma grande iniciativa", disse Marcelo Dias Lopes.

Cartórios: presentes nos momentos mais importantes da vida do cidadão.

ANOREG-PR
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná

70

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia

O auxílio-moradia concedido a juizes, que agora pode ser estendido aos defensores públicos (*Gazeta*, 24/11), é mais uma afronta ao povo trabalhador e aos brasileiros em geral. O nosso Poder Judiciário age rápido quando se trata de legislar em causa própria. Pouco importa se isso causar mais um efeito negativo à sua imagem perante a população.

Ariel J. Ressetti

NOTAS POLÍTICAS

Homenageado ausente

Considerado uma personalidade que divide opiniões no meio político, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa será homenageado hoje pela Câmara dos Deputados. O ministro aposentado vai ser condecorado com a "Medalha Mérito Legislativo", criada em 1983, considerada a maior honraria concedida pela Câmara. Barbosa, no entanto, informou à Casa que não comparecerá à cerimônia, sendo representado por seu irmão. Segundo a assessoria da Câmara, Barbosa não informou o motivo da ausência.

Sérgio Moro

A Câmara Municipal de Curitiba encaminhou ontem à Justiça Federal do Paraná uma moção de apoio e solidariedade ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pela condução do processo relativo às investigações promovidas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. O autor da proposta foi o vereador Chico do Uberaba (PMN). "É necessário o registro de que a Câmara Municipal de Curitiba apoia medidas moralizadoras de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e não se curva a nenhuma manobra contrária à democracia", disse ele.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PRÉO 3.º

em pontos de exploração sexual infantil

Levantamento da Polícia Rodoviária Federal mostra aumento de 60% nos trechos mais vulneráveis a esse crime nas rodovias federais

Diego Ribeiro

O Paraná é o terceiro estado com mais pontos vulneráveis às ações das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. Neste ano e em 2013, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) descobriu 179 estabelecimentos no estado que reúnem características que propiciam o crime nessas estradas. Os estados com mais pontos detectados são Minas Gerais e Bahia, com 313 e 216 locais, respectivamente. A BR-116, que corta as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, é rodovia com mais pontos observados pela PRF, num total de 243. Só na região Sul, essa rodovia tem 62 pontos.

O Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras, feito pela PRF, é uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da ONG Childhood Brasil e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República. O mapeamento ajuda no desenho de políticas públicas para dirimir a prostituição infantil.

Esse levantamento mostra ainda que o Paraná é o sexto estado brasileiro com pontos críticos, tendo 26 locais que reúnem muitos aspectos negativos ao mesmo tempo. No país, foram registrados 1.969 pontos vulneráveis em 470 municípios. Segundo a análise, 691 são críticos.

O total de pontos vulneráveis aumentou em 60% no Paraná desde o último levantamento, realizado no biênio 2011-2012. Em todo país, esse crescimento chegou a 10%. A região Sul tem registrado 448 pontos vulneráveis.

De acordo com a presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da PRF, Márcia Freitas, o aumento dos pontos identificados são consequências da melhora da capacitação dos policiais. Além disso, outro motivo é a mudança rápida de endereços desses estabelecimentos. "A migração é o principal problema enfrentado pela polícia", disse Márcia, por telefone.

Ela explicou que essas informações são repassadas para as superintendências regionais, que articulam operações para coibir o crime nas

rodovias. A localização exata dos pontos não foi divulgada para não atrapalhar essas ações.

Os dados divulgados foram coletados por meio de um formulário preenchido por policiais rodoviários federais durante rondas nas estradas. O documento contém questões sobre características dos locais encontrados. A partir de então, um software calcula e divide os pontos por níveis de criticidade.

CONTINUA

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RANKING NEGATIVO

O Paraná é o terceiro estado com mais pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes. Os pontos fazem parte de um mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal. Além disso, o estado é a sexta unidade da federação com mais pontos críticos - locais que reúnem várias características que facilitam o crime.

NÚMERO DE PONTOS VULNERÁVEIS

Estados	2011/2012	2013/2014	Variação %
Minas Gerais	252	313	24,21
Bahia	77	216	180,52
Paraná	111	179	61,26
Goiás	168	175	4,17
Santa Catarina	113	166	46,9
Mato Grosso do Sul	95	124	30,53
Rio de Janeiro	48	112	133,33
Piauí	50	110	120
Rio Grande do Sul	92	103	11,96
Pará	208	84	-59,62
Mato Grosso	112	82	-26,79
Espirito Santo	34	46	35,29
Tocantins	45	42	-6,67
Pernambuco	20	33	65
Alagoas	19	29	52,63
Rio Grande do Norte	79	27	-65,82
Sergipe	11	26	136,36
São Paulo	24	23	-4,17
Maranhão	20	16	-20
Ceará	33	14	-57,58
Rondônia/Acre*	30	13	-56,67
Distrito Federal	23	11	-52,17
Amazonas	20	9	-55
Roraima	25	7	-72
Amapá	5	5	0
Paraíba	62	4	-93,55

* formam uma superintendência única

BRs com pontos de exploração na região Sul	pontos de vulnerabilidade
116	62
163	25
101	54
153	14

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Trechos críticos caem 18% no país em 2 anos

Apesar do aumento de 10% no país de pontos vulneráveis (de 1.776 no biênio 2011-12 para 1.969 no biênio 2013-14), os pontos críticos diminuíram 18% no Brasil. De acordo com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da PRF, Márcia Freitas, isso se deve à migração dos locais, mas é resultado também do trabalho da polícia rodoviária.

O número de pontos críticos caiu de 691 para 566. Desde o início do projeto, há seis anos, esse dado diminuiu em torno de 40%.

Para Márcia, outra dificuldade enfrentada pela rede de proteção às crianças e adolescentes é a falta de articulação das polícias locais. O levantamento divulgado ontem mostrou que apenas o estado de Pernambuco mantém um trabalho específico das polícias locais nas rodovias estaduais, de responsabilidade das polícias militares. “Os crimes ocorrem em âmbito local. É aí que precisa efetivar a articulação entre governos estaduais e municipais. Uma corrente sem um elo se desfaz”, ressaltou. (DR)

Lava Jato e o respeito aos contratos: entre a razão e a emoção

Nos últimos meses, os fatos envolvendo a Petrobras, maior sociedade de economia mista do país, têm sido objeto da pauta diária de todo e qualquer cidadão brasileiro. O eventual “esquema” desvendado pela Polícia Federal, e ainda objeto de investigação, traz ao cenário — diariamente — vários novos atores, que se revezam entre acusações de fraudes em procedimentos de contratação pública, lavagem de dinheiro e outros possíveis crimes investigados.

Como pivô dessas possíveis irregularidades, foram chamadas à responsabilidade as empreiteiras que supostamente integravam o “esquema”, com o possível pagamento de propina aos envolvidos em troca de benefícios nos processos concorrenciais de que participavam. Em razão disso, o Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União, solicitou que essas empresas fossem declaradas inidôneas, o que teria como efeito o impedimento de contratarem com o poder público.

O reflexo desse pedido de inidoneidade, porém, gerou nas últimas semanas um grande debate nacional sobre o futuro dos contratos administrativos dessas empreiteiras. Explica-se: obviamente as empresas mencionadas no caso da Petrobras não possuem contratos única e exclusivamente com a Petrobras, mas são detentoras de inúmeros contratos administrativos já firmados e em andamento, com todas as esferas de governo.

Assim, o que fazer com esses contratos? A declaração de inidoneidade anularia todos os contratos administrativos dessas empreiteiras? Qual a real consequência dessa declaração?

A questão, muito embora complexa em seu debate jurídico, em meu sentir, não impõe maiores dificuldades de solução.

Ora, a declaração de inidoneidade para contratar com a administração é uma sanção administrativa, que pode ser imposta diretamente pela administração pública — sem a necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário — e que, como tal, não pode prescindir de um rigoroso processo administrativo, que exponha e demonstre os fatos e provas tendentes a gerar uma possível “condenação” no âmbito daquele contrato. É dizer, já em um primeiro momento, pela própria lógica das sanções administrativas, se afastaria qualquer tentativa de que uma eventual declaração de inidoneidade dessas empresas no âmbito do contrato com a Petrobras pudesse retroagir para prejudicar contratos já firmados ou em andamento, não apenas porque a extensão da sanção depende de verificação em cada caso concreto, bem como em razão de que tal retroação poderia imputar maior prejuízo ao erário e ao interesse público.

É importante dizer, ainda, que a Lei de Licitações impõe que sejam mantidas, durante todo o contrato, as condições que habilitaram a empresa a contratar com o poder público; porém, mesmo este dispositivo (Art. 55, XIII da Lei 8.666/93) não permite uma extensão imediata da referida sanção, que deverá ser analisada e buscada em cada um dos contratos, com inequívoca concessão de contraditório e ampla defesa, sob pena de uma possível nulidade futura no procedimento sancionatório.

Agir de outra forma seria condenar antecipadamente as empresas e o próprio interesse público, já que tais obras servem, em última análise, ao desenvolvimento do país e ao bem-estar da população. É sempre melhor e menos onerosa uma apuração fundada na razão do que uma atuação movida pela emoção.

Rodrigo Pironti é advogado, parecerista e professor de Direito Administrativo da Universidade Positivo.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Depoimentos do doleiro Youssef chegam ao fim

Expectativa é de que o Supremo decida se homologa a delação premiada dentro de 7 a 10 dias

Katna Baran e Kelli Kadanus

Apontado como um dos articuladores do esquema de pagamento de propina no escândalo da Petrobras, o doleiro Alberto Youssef prestou ontem seu último depoimento da delação premiada, de acordo com a assessoria de comunicação da Polícia Federal (PF). A informação, porém, não foi confirmada pelos advogados do doleiro. De acordo com a PF, os depoimentos somam aproximadamente cem horas de gravação.

Antonio Figueiredo Basto, um dos advogados de Youssef, afirmou ontem que espera que a delação do seu cliente seja homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) entre sete a dez dias depois do fim dos depoimentos.

Figueiredo disse ainda que está confiante que a delação resulte na redução da pena de Youssef para o regime aberto — em que o preso cumpre a pena em prisão domiciliar —, assim como ocorreu com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. “A expectativa que temos é de regime aberto como efeito da grande cola-

boração dele. Ele merece isso”, declarou Basto.

O advogado destacou, porém, que o conteúdo dos depoimentos de Youssef ainda será confrontado com outras provas na fase judicial do processo. “A palavra, sozinha, não tem valor de prova, tem valor de indício”, disse.

Figueiredo também negou a acusação da defesa de alguns empreiteiros investigados de que seu cliente tivesse praticado extorsão para obrigá-los a participarem do esquema. “Ele [Youssef] era usado por outras pessoas para que o esquema pudesse acontecer. Não é possível que meu cliente comandasse um esquema de tamanha envergadura, pois não tinha poder para isso. Ele era meramente uma engrenagem do esquema”, declarou.

Suspensão

Basto disse ainda que o processo de delação premiada de Alberto Youssef fez com que outras ações judiciais em que o doleiro figura como réu fossem suspensas pela Justiça, como as do caso Banestado. Em 2004, Youssef havia firmado acordo de delação nesse processo, mas a ação judicial voltou a correr porque ele havia descumprido uma das condicionantes, que era não voltar a praticar crimes.

Há quatro processos do caso Banestado tramitando na Justiça. Em um deles,

Youssef chegou a ser condenado a quatro anos e quatro meses de prisão. Conforme denúncia do Ministério Público Federal (MPF), ele pagou propina de R\$ 131 mil ao operador internacional do banco para conseguir um financiamento de 1,5 milhão de dólares.

A assessoria da Justiça Federal informou, porém, que o pedido de suspensão dos processos ainda não foi apreciado pelo juiz Sérgio Moro, mas que o MPF já se manifestou favoravelmente ao pedido do doleiro.

Desde março

Youssef está preso na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba desde 17 de março, quando foi deflagrada a primeira etapa da Operação Lava Jato, que investiga o esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras. Ele firmou acordo de delação premiada (em que colabora com as investigações em troca de benefícios, como redução da pena) no mês de setembro e começou a prestar os depoimentos no dia 2 de outubro.

A fase de tomada dos depoimentos se estendeu até agora, segundo advogados do doleiro, devido às condições de saúde de Youssef. Ele chegou a ser internado com problemas cardíacos em três ocasiões desde que foi preso.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CPI terá acesso a novo inquérito da Operação Lava Jato

Justiça autorizou parlamentares a checarem informações da 7ª fase da investigação

CURITIBA

Kelli Kadanus

O juiz federal Sérgio Moro autorizou ontem a CPI mista da Petrobras a acessar aos autos e inquéritos referentes à 7.ª fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). Os documentos têm relação com as empreiteiras envolvidas no esquema de desvio de dinheiro da Petrobras e com os executivos presos durante a nova fase da operação. O pedido foi feito no dia 17 de novembro pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB).

Os parlamentares que integram a comissão também pediram o acesso aos depoimentos de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, realizados em regime de delação premiada. O pedido foi negado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira. A reportagem da **Gazeta do Povo** tentou entrar em contato com o senador Vital do Rêgo, mas ele não estava disponível para entrevistas.

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



O presidente da CPI, Vital do Rêgo: pedido atendido.

INDICAÇÃO

Presidente da CPI é o único inscrito para vaga no TCU

Da Redação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que foi encerrado o prazo para a inscrição de nomes indicados para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CPI da Petrobras, foi o único inscrito. Vital do Rêgo, fiel aliado da presidente Dilma Rousseff, teria tido o apoio de 40 senadores. A indicação ainda precisa ser aprovada pelo plenário.

REAÇÃO

Juiz diz que alegação de advogados sobre políticos é "fantasiosa"

SÃO PAULO

Agência Estado

O juiz Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato, classificou de "fantasiosa" a tese de advogados de empreiteiras de que estaria "ocultando o nome de políticos envolvidos nos crimes", para manter sob sua tutela as investigações.

Advogados de 11 executivos tentam tirar o caso da Justiça Federal do Paraná. Alguns defensores dizem que Moro mandou prender os executivos para obter confissões. "As prisões cautelares foram decretadas porque presentes seus pressupostos e fundamentos. Se, após a prisão, o investigado decidir colaborar ou não com a investigação, trata-se de escolha voluntária dele e que não guarda relação necessária com a manutenção ou revogação da preventiva", escreveu Moro em seu despacho.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» MOVIMENTAÇÃO

Remessas à Suíça podem superar os US\$ 23 milhões

LAUSANNE, SUÍÇA
Estadão Conteúdo

¶ A Justiça da Suíça suspeita que o esquema de remessas ilegais para contas no país envolvendo o escândalo da Petrobras movimentou recursos superiores aos US\$ 23 milhões já bloqueados. Entre os suspeitos de terem enviado dinheiro para contas na Suíça estão o suposto operador do PMDB, Fernando Soares, e Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras.

Ontem, uma delegação de procuradores brasileiros que trabalham na Lava Jato esteve em Lausanne, na Suíça, revisando documentos e movimentações bancárias colhidas pela Justiça suíça. Além de identificar quem enviou os recursos para as contas, os brasileiros tentam desenhar o caminho do dinheiro.

Os procuradores Delton Dallagnol e Orlando Martello, que integram a delegação, também negociam com os suíços um acordo para acelerar o repatriamento de US\$ 23 milhões depositados em cinco contas do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O dinheiro está congelado.

INVESTIGAÇÃO

Os executivos citados no escândalo da Petrobras são investigados criminalmente na Suíça por lavagem de dinheiro. Eles podem pegar entre três e cinco anos de prisão no país.

» DINHEIRO BLOQUEADO

Depósitos judiciais chegam a R\$ 32 milhões

CURITIBA

Kelli Kadanus

¶ Cerca de R\$ 32,4 milhões pertencentes a executivos e empresas investigadas na 7.ª fase da Operação Lava Jato foram depositados na segunda-feira em uma conta da Justiça Federal. As guias de depósitos judiciais foram juntadas ao processo que tramita na Justiça Federal de Curitiba.

O valor, porém, ainda é menor que o montante bloqueado pelo Banco Central (BC). Os relatórios do BC juntados nos autos discriminam um valor total de R\$ 47 milhões bloqueados. Deste valor, R\$ 39 milhões são dos executivos das empreiteiras investigadas e R\$ 8 milhões são de empresas pertencentes ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque e ao lobista Fernando Baiano, apontado pelas in-

vestigações como o operador do PMDB no esquema.

Os executivos que tiveram maior valor depositado foram o vice-presidente da empreiteira Engevix, Gerson de Mello Almada, e o ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque. Foram R\$ 3,2 milhões e R\$ 1,8 milhão que estavam em suas contas depositados nas contas da Justiça, respectivamente. Os valores bloqueados na semana passada eram de R\$ 22,6 milhões para Almada e de R\$ 3,2 milhões para Duque.

O diretor da OAS, Agenor Franklin de Medeiros, que teve R\$ 45,8 mil bloqueados pela Justiça, não teve nenhum valor depositado judicialmente. As empresas de Duque e Fernando Baiano já tiveram todo o valor bloqueado depositado na conta da Justiça: R\$ 8,7 milhões. De acordo com a Justiça Federal, os depósitos devem continuar nos próximos dias, até que o valor total bloqueado seja depositado. O dinheiro deve permanecer na conta da Justiça Federal até que uma decisão sobre os valores obtidos ilícitamente pelos envolvidos seja tomada.

26 NOV 2014

GAZETA DO POVO

QUASE REBELIÃO Presos colocam fogo em colchões na PEC

▮ A Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), que em agosto foi palco de uma grande rebelião, teve ontem um princípio de motim. Presos colocaram fogo em colchões e roupas numa das celas na galeria número 9. Agentes penitenciários controlaram as chamas, mas o Corpo de Bombeiros também foi acionado. O diretor da unidade, Américo Dias Pereira, disse que a ação foi desencadeada isoladamente por três presos e não considera o caso como um princípio de rebelião. Ele disse que são os mesmos presos que haviam colocado fogo em colchões em agosto, dias antes da rebelião. A ação de ontem danificou a cela e parte da galeria a ponto de necessitar que presos sejam transferidos para outras galerias. Hoje, 298 presos cumprem pena na PEC.

TIRONA NUCA Acusado de matar esposa é absolvido

▮ O funcionário público Orlando Carlos Genol da Rocha, acusado de matar a esposa Ane Mari Gubert após uma discussão dentro de um apartamento no Água Verde, em Curitiba, em 2010, foi absolvido ontem de madrugada no julgamento no Tribunal do Júri. Quatro dos sete jurados consideraram que não houve assassinato e sim suicídio. O Ministério Público considerava Rocha autor do tiro que atingiu a nuca da vítima. Os advogados de acusação devem recorrer da sentença. A família da vítima afirmava que soube após o fato que ela tinha constantes brigas com o marido desde seis meses antes da morte. A causa dos desentendimentos e da morte, segundo a família, seria um relacionamento extraconjugal de Rocha, descoberto por Ane.

PENSAO Família de Amarildo ganha outra na Justiça

▮ A demora no pagamento de pensão e de tratamento médico e psicológico da família do pedreiro Amarildo de Souza levou a Justiça do Rio, em decisão de segunda instância, a obrigar o governo do estado a custear as obrigações. A decisão unânime dos desembargadores da 1.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) foi proferida dia 11 e divulgada ontem. No acórdão, os desembargadores decidiram "que o estado do Rio custeie o tratamento médico e psicológico da família do ajuizante de pedreiro Amarildo Dias de Souza e indenize os parentes [a viúva Elisabete Gomes da Silva e mais seis familiares] com uma pensão mensal no valor de um salário-mínimo cada". O relator foi o desembargador Lindolpho Moraes Marinho.

"TRENALÃO" STF adia decisão sobre fim de inquérito do cartel de trens

▮ Os ministros da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) adiaram mais uma vez a decisão sobre o arquivamento do inquérito que investiga eventual participação dos de-

putados federais Rodrigo Garcia (DEM-SP) e José Aníbal (PSDB-SP) no cartel metroferroviário que teria funcionado em São Paulo. Até o momento, dois ministros votaram a favor do arquivamento e outros dois entenderam ser necessária a continuidade das investigações. O julgamento havia sido suspenso em setembro.

Dono de empresa da Lava Jato pede recuperação judicial

▮ O Grupo Inepar, dono da empresa lesa, investigada na Operação Lava Jato, apresentou na segunda-feira seu plano de recuperação judicial. O documento foi protocolado na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. A lesa é responsável por 74,5% da receita do Grupo Inepar.

26 NOV 2014

BEM PARANÁ

Transporte coletivo

O vereador Jorge Bernardi (PDT) parabenizou o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, por ter proferido decisão que suspendeu liminar emitida pela 1ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba que obrigava a Urbs a pagar R\$ 9,6 milhões que estavam atrasados para as empresas que operam o sistema de transporte. Bernardi disse que a decisão foi um fato inédito na justiça e na política paranaense. “Considerando as últimas décadas, esta é a primeira vez que o Tribunal de Justiça tomou uma decisão em favor do povo em relação ao transporte coletivo”. Ele chamou de “fraudulenta” a licitação do atual sistema de ônibus, realizada em 2010, e lamentou que as “irregularidades” levantadas pela CPI do Transporte Coletivo da Câmara “estejam há um ano esperando ações do Ministério Público”.

26 NOV 2014

BEMPARANÁ

Juiz nega proteção a políticos na "Lava Jato"

Declarações foram resposta a empreiteira que tenta
tirar processo da Justiça Federal do Paraná

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato, reagiu ontem duramente à tentativa dos advogados das empreiteiras envolvidas no processo que cartel, corrupção e propina na Petrobrás, de tirar a investigação da Justiça Federal do Paraná para encaminhá-la ao Supremo Tribunal Federal. Moro classificou de "fantasiosa a argumentação" de defensores das empresas de que ele estaria "ocultando o nome de agentes políticos envolvidos nos crimes" para manter sob sua tutela as investigações.

Alguns defensores dizem que Moro mandou prender os dirigentes das maiores construtoras do País para obter confissão. Ao mesmo tempo acusam o juiz de impedir que nomes de políticos sejam citados nos depoimentos, para evitar que o processo suba ao STF por conta do foro privilegiado. Em despacho divulgado ontem, o magistrado rebateu as alegações de parte das defesas de que as prisões cautelares decretadas visariam extrair confissões

forçadas. "As prisões cautelares foram decretadas porque presentes seus pressupostos e fundamentos. Se, após a prisão, o investigado decidir colaborar ou não com a investigação, trata-se de escolha voluntária dele e que não guarda relação necessária com a manutenção ou revogação da preventiva, o que será decidido à parte", assinalou Moro.

Em reclamação ao STF, a defesa de Gerson Mello Almada, vice-presidente da Engvix Engenharia – uma das empresas do "clube" da propina, segundo a Polícia Federal – argumentou que ao proibir a citação de nomes de políticos nos interrogatórios dos acusados, o magistrado "usurpou da competência do STF". Moro destaca que tomou a decisão "para preservar a competência em primeiro grau de jurisdição". No despacho, ele alega que "o objeto deste processo não envolve o crime de corrupção de agentes políticos, mas sim crimes licitatórios, de lavagem e, quanto à corrupção, apenas dos agentes da Petrobrás."

"Não há agentes políticos aqui investigados, nem haverá, perante este Juízo, ação penal tendo no polo passivo agentes políticos ou por objeto crimes de corrupção de agentes políticos", esclareceu

Moro. O magistrado anotou. "Se o dinheiro supostamente desviado da Petrobrás foi, depois de lavado, usado pagar vantagem indevida a agentes políticos, trata-se de outro crime que não é objeto deste feito. Quanto a eventuais crimes de corrupção de agentes políticos, estes são de competência do Supremo Tribunal Federal e que já dispõe das provas pertinentes da colaboração premiada."

CONTINUA

26 NOV 2014

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Em sua reclamação ao Supremo, o criminalista Fábio Tofic Simantob argumenta que o juiz federal no Paraná cindiu as investigações quando se deparou com indícios de cometimento de crime por autoridades com prerrogativa de foro, notadamente o deputado federal André Vargas, então no PT, "sem submeter a questão ao Supremo". Tofic classifica de "inaceitável decisão, em primeira instância, da investigação de suposto esquema que teria como razão de ser o locupletamento de agentes políticos com foro nesse Tribunal".

Usurpação — O criminalista aponta o que chama de "usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal mediante deliberada ocultação da descoberta de indícios de crime relacionados aos deputados federais André Vargas e Luiz Argôlo" — ambos de laços estreitos com o doleiro Alberto Youssef, operador do esquema de propinas e corrupção na Petrobrás. A defesa das demais empreiteiras aguarda o resultado do julgamento desta reclamação. Se a decisão for favorável ao executivo da Engevix, outros advogados poderão seguir a mesma linha de ação.

O juiz Sérgio Moro rechaçou com veemência a tese da defesa. Ele disse amparar sua conduta em decisão do próprio relator da Lava Jato, no âmbito de processo conexo de competência do STF. O juiz ressaltou que apenas buscou preservar a autoridade da Corte máxima. "A orientação realizada por este julgador, para que os depoentes não indicassem, em audiência, o nome de agentes políticos visou, a toda evidência, não esconder o fato da possível ocorrência de crimes da espécie, ou seja, corrupção de agentes políticos, naquele momento aliás já divulgado publicamente, mas sim preservar a autoridade da decisão da Suprema Corte que decretou sigilo sobre este conteúdo específico da colaboração premiada de Paulo Roberto Costa."

26 NOV 2014

BEMPARANÁ

Sob risco de nulidade, STF vai dar a palavra final sobre a competência para investigar o esquema da Lava Jato

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai dar a palavra final sobre a competência de investigar e julgar o esquema criminoso de pagamento de propina em contratos da Petrobras. Antes da análise do pleno do Supremo, caberá ao ministro Teori Zavaski se posicionar sobre a questão – manifestação esta que pode sair ainda neste ano e, dependendo do entendimento, anular grande parte da operação Lava Jato e colocar em liberdade os investigados. Chegou até o ministro Teori, que é o relator do caso no STF, uma ação (reclamação) dos advogados que defendem uma das empreiteiras suspeitas de envolvimento no esquema criminoso. Argumenta o advogado que o juiz federal Sérgio Moro, da 13 Vara Federal de Curitiba, não poderia conduzir o caso uma vez que havia a suspeita de participação dos deputados federais André Vargas (sem partido) e Luiz Ârgolo (SD). A legislação prevê que apenas o STF pode investigar e julgar congressistas. Diante do questionamento, o ministro encaminhou ao juiz Sérgio Moro um pedido de explicação. O magistrado já respondeu o STF. Em resumo, Moro alega que os políticos não estavam sendo investigados. O fato em apuração era o esquema de pagamento de propina envolvendo funcionários da Petrobras e não políticos. A preocupação de Moro é tanta, que o magistrado tem pedido aos investigados que, durante os depoimentos, declinem os nomes de políticos envolvidos com o esquema criminoso. Justamente para manter o foco da investigação na atuação das empreiteiras e dos ex-diretores da Petrobras. Advogados dos investigados criticam esta postura do juiz. A estratégia das construtoras envolvidas com o escândalo é remeter toda a investigação da Lava Jato para o STF. Caberá agora, inicialmente, o ministro Teori manter ou não a Lava Jato no Paraná. Inicialmente, Teori já entendeu que não houve violação por parte do juiz. Teori pediu um parecer do procurador geral da República, Rodrigo Janot, sobre o caso. De qualquer maneira, seja qual for o entendimento do ministro, a decisão terá de passar pelo pleno do STF que poderá manter ou reformar a decisão de Teori.

Juiz autoriza compartilhamento da 7ª fase da Lava Jato com a CPMI

Na próxima semana deve chegar aos congressistas que integram a CPMI da Petrobras cópia da investigação que resultou na 7ª fase da operação Lava Jato, da Polícia Federal. São diversos documentos e planilhas com informações bancárias e fiscais sobre as maiores empreiteiras do país. Até aqui, deputados e senadores dos partidos da base de apoio da presidente Dilma Rousseff (PT) tentaram a todo custo evitar aprofundar a investigação sobre as construtoras – todas elas com contratos milionários em vários ministérios do governo petista. Alguns parlamentares, claramente, se furtam da missão de investigar estas empreiteiras uma vez que as mesmas foram doadoras de campanha em eleições passadas. Por conta da proximidade do recesso da Câmara dos Deputados é muito provável que a CPMI só foque os trabalhos em cima das empreiteiras no próximo ano.

26 NOV 2014

Mensalão

BEMPARANÁ

STJ suspende ação contra 15 réus

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem pela retirada de pauta da ação apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) para que 15 réus do mensalão sejam alvo de um processo por improbidade administrativa para devolver aos cofres públicos recursos desviados para alimentar o esquema. Entre os alvos do pedido do MPF estão Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT), José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil do governo Lula), José Genoíno (ex-deputado federal do PT) e Marcos Valério (proprietário da agência de publicidade SMPB).

Não há prazo para que o plenário do STJ volte ao tema. Em maio de 2012, o ministro Humberto Martins, do STJ, havia negado pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que fosse aberta uma ação de improbidade administrativa contra parte dos réus do mensalão. Na ocasião, o ministro chamou de "erro grosseiro" o recurso do MPF.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), sediado em Brasília, também havia rejeitado recurso do MPF. Em agosto daquele ano, após recurso do Ministério Público para que fosse revista a decisão de Martins, o ministro Mauro Campbell pediu vista do processo em análise no plenário da Corte Superior.

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou 37 pessoas por envolvimento no mensalão. A condenação

foi penal, ou seja, foi aplicada uma pena de prisão aos culpados. Agora, o STJ pode decidir se autoriza um novo processo para ressarcimento dos recursos públicos utilizados no mensalão.

Além de Dirceu, Delúbio, Genoíno e Valério, o MPF também cita os réus condenados Silvío Pereira (ex-secretário-geral do PT), Ramon Holterbach (sócio de Valério), Cristiano Paz (sócio de Valério), Rogério Lanza Tolentino (advogado apontado como braço-direito de Valério).

PAINEL

Rescisória

Prazo para propor ação rescisória, quando não cair em dia útil, deve ser prorrogado para o primeiro dia útil seguinte. A decisão é da Corte Especial do STJ.

Pós-graduação

Até 18 de dezembro, os cursos de pós-graduação em Direito Constitucional, Direito das Famílias e Sucessões, Direito do Trabalho e Previdenciário, Direito Penal e Processual Penal, Direito e Processo Tributário e Direito Empresarial e Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo, ofertados pela ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional, em 2015, terão descontos especiais nas inscrições. As aulas começam em março. Informações <http://www.abdconst.com.br/posgraduacao.php>.

Estelionato

Um engenheiro que sacava aposentadoria do pai morto responde pelo crime de estelionato qualificado. A decisão é da 4ª Turma do TRF da 1ª Região.

Isenta

Empresa que não tem empregados é isenta de pagar contribuição sindical. O entendimento é da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do TST.

Skank

Uma parceria firmada pela Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-PR) concede 50% de desconto na compra de até dois ingressos para o show do Skank. Os interessados devem comprar meio ingresso e apresentar a carteira da OAB na entrada do show, que acontece no próximo dia 28, no Teatro Positivo, em Curitiba.

Acidente

O acidente vascular cerebral - AVC - enquadra-se no conceito de causa de morte natural, e por isso não é coberto pelo seguro de acidentes pessoais. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 458 do TST- Em causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, em que pese a limitação imposta no art. 896, § 6º, da CLT à interposição de recurso de revista, admitem-se os embargos interpostos na vigência da Lei nº 11.496, de 22.06.2007, que conferiu nova redação ao art. 894 da CLT, quando demonstrada a divergência jurisprudencial entre Turmas do TST, fundada em interpretações diversas acerca da aplicação de mesmo dispositivo constitucional ou de matéria sumulada.

26 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Paraná terá projeto para desencarcerar mulheres



Para marcar o Dia Internacional da Não-

Violência contra a Mulher, comemorado em 25 de Novembro, a Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos lançou o Projeto Sistematização e Orientação à Liberdade - SOL. O anúncio do novo projeto foi feito pela secretária Maria Tereza Uille Gomes nesta terça-feira (25), durante o 3º Encontro de Conselhos da Comunidade da Região Sul do Brasil, em Foz do Iguaçu.

O objetivo é estimular medidas, como a monitoração eletrônica, para o desencarceramento de mulheres privadas de liberdade, por crimes não violentos, levando em conta a condição da prisão. Ou seja, presas provisórias, primárias, idosas com mais de 60 anos, mulheres com filhos menores ou que necessitem de seus cuidados, grávidas ou portadoras de doenças que exijam atenção especial, além das que cumprem pena em regime semiaberto e que estejam devidamente inseridas no processo de ressocialização, com trabalho certo ou inclusão em curso educacional. ■

26 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz nega que prisões visem garantir delação premiada

Hipótese foi levantada por advogados de executivos presos na Operação Lava Jato



O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, negou nesta terça-feira que tenha determinado a manutenção da prisão de investigados para forçá-los a fazer acordos de delação premiada. A hipótese foi levantada por advogados de executivos presos pela PF.

Em despacho protocolar no processo, Moro afirmou que as prisões dos investigados foram devidamente fundamentadas.

“Se, após a prisão, o investigado decidir colaborar, ou não, com a investigação, trata-se de escolha voluntária dele, que não guarda relação necessária com a manutenção ou revogação da preventiva, o que será decidido à parte”, disse Sérgio Moro. ●

Moro afirmou que as prisões dos investigados foram devidamente fundamentadas

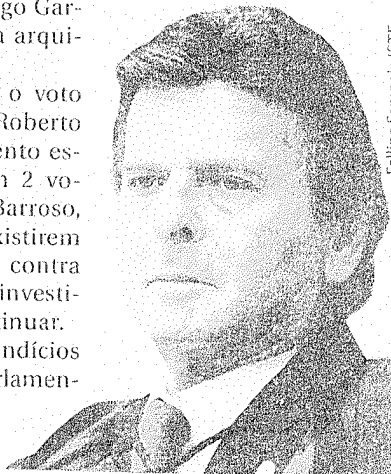
STF adia julgamento da ação sobre cartel no metrô paulista

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista do inquérito que apura suposto esquema de formação de cartel em licitações do sistema de trens e metrô de São Paulo. A Primeira Turma do STF voltou a julgar nesta terça-feira (25) o pedido dos deputados federais José Anibal (PSDB-SP) e Rodrigo Garcia (DEM-SP) para arquivar a investigação.

Retomado com o voto do ministro Luís Roberto Barroso, o julgamento estava empatado em 2 votos a 2. Segundo Barroso, apesar de não existirem provas concretas contra os deputados, as investigações devem continuar.

“São frágeis os indícios que ligam os parlamen-

tares aos fatos investigados. Eu compreendo que não tem custo zero para homens públicos de bom nome estar expostos a esse tipo de investigação. Curvo-me, porém, ao interesse público na apuração dos fatos e à circunstância de que, embora frágeis, não são inexistentes os indícios”, disse o ministro. ●



Felipe Sampaio/STF

O ministro do STF, Luiz Fux

26 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ – É NULA NOTIFICAÇÃO QUE NÃO INDICA CORRETAMENTE O CREDOR FIDUCIÁRIO

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que há nulidade na notificação para constituir em mora o devedor fiduciante de imóvel quando dela consta nome de pessoa diversa do real credor fiduciário. No caso julgado, o credor era o Consórcio Nacional Cidadela, mas a notificação foi feita em nome da Caixa Econômica Federal.

Para a Turma, a notificação do devedor fiduciante possui requisitos especiais que, se não seguidos, acarretam nulidade:

“A repercussão da notificação é tamanha que qualquer vício em seu conteúdo é hábil a tornar nulos seus efeitos, principalmente quando se trata de erro crasso, como há na troca da pessoa notificante.” O recurso interposto pelo consórcio era contra decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que reconheceu a nulidade da constituição em mora do devedor pela ausência da notificação e pela realização do ato por meio de cartório fora da situação do imóvel (artigo 26, parágrafo 3º, da Lei 9.514/97).

TST – BOA CONDIÇÃO ECONÔMICA IMPEDE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA A EMPREGADO DA PETROBRAS

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso de um empregado da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) que teve a gratuidade da justiça suspensa depois de a empresa comprovar no processo que, além de bom salário, ele tinha bens móveis e imóveis, não tinha dependentes nem gastos com aluguel. A questão estava centrada no reexame de provas, o que não pode ser feito no TST.

A reclamação trabalhista pretendia a revisão dos cálculos da parcela RMNR (remu-

neração mínima por nível de regime). Na peça de defesa, a empresa contestou o pedido de justiça gratuita feito pelo empregado. “Em verdadeira afronta à dignidade da justiça, o autor afirma não possuir meios para custear o processo, mas faz juntar aos autos vários comprovantes de rendimentos que demonstram cabalmente condição econômica e poder aquisitivo que permitem arcar com os custos processuais”, afirmou a empresa, destacando que o salário do empregado era de mais de R\$ 10 mil.

26 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF1 – PET-SHOP NÃO ESTÁ OBRIGADO A REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

A empresa que tem como atividade básica o comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, conhecida como pet-shop, não está obrigada a registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária. Com esse fundamento, a 8ª Turma do TRF da 1ª Região confirmou sentença de primeira instância que, nos autos do mandado de segurança impetrado por uma firma comercial varejista, determinou que o Conselho Regional de Medicina Veteri-

nária do Estado de Goiás se abstenha de exigir o registro da firma, uma vez que esta não exerce atividade ligada à medicina veterinária.

O processo chegou ao TRF1 por meio de remessa oficial. Trata-se de um instituto previsto no Código de Processo Civil (artigo 475) que exige que o juiz singular mande o processo para o tribunal de segunda instância, havendo ou não apelação das partes, sempre que a sentença for contrária a algum ente público. Tal sentença só

TRT/PR – TRABALHADORA TRANSEXUAL DEVERÁ SER INDENIZADA POR TER QUE USAR O BANHEIRO MASCULINO

A Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná condenou a Kraft Foods do Brasil a indenizar em R\$ 5 mil por danos morais uma trabalhadora* que, embora nascida com características masculinas e possuir nome de batismo masculino, se autoidentificava como sendo do gênero feminino. A condenação foi motivada pelo fato de a empresa determinar, após algum tempo, que ela usasse o vestuário dos homens.

A ajudante geral foi contratada por tempo determinado em 2011 e, na época, requereu junto à empresa o uso do vestuário feminino, o que a princípio lhe foi deferido. Em sua defesa, a empresa alegou que a posterior determinação para que a

trabalhadora usasse o banheiro masculino foi em virtude de “reclamações das empregadas femininas”, já que ela teria aparência física de homem.

De acordo com o desembargador Edmilson Antonio de Lima, a conduta de empresa foi discriminatória, ofendendo o que dispõe o inciso IV do artigo 3º da Constituição da República. “A autora se vê como mulher e assim espera ser tratada pela sociedade. As travestis, transexuais, ou seja, as transgênero de modo geral devem ser encaradas como mulheres na utilização do banheiro e em qualquer ocasião de suas vidas sociais, em respeito ao princípio da dignidade humana, sem nenhuma discriminação”, sustentou.

26 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ação contesta no Supremo Tribunal Federal constitucionalidade de projeto que muda LDO

O deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP) entrou ontem com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a tramitação do projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A ação será relatada pelo ministro Luiz Fux.

No pedido, o parlamentar, responsável pela área jurídica do PSDB, alega que a modificação pretendida pelo Poder Executivo é inconstitucional. "Alterar o Orçamento para adaptá-lo à realidade econômico-financeira do ano fiscal é inconstitucional. Alterar a LDO para que a regra máxima de cumprir a meta de superávit fiscal, estabelecida no PPA [Plano Plurianual], seja descumprida, contraria nossa Carta Magna", disse.

Na segunda-feira (24), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o parecer do senador Romero Jucá favorável ao projeto de lei do governo (PLN 36/2014) que altera a LDO em vigor para ampliar o abatimento da meta de superávit primário para este ano.

O texto foi apresentado pelo governo federal há duas semanas. A LDO, aprovada em 2013, previa uma redução limitada a R\$ 67 bilhões, que poderiam ser descontados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de desonerações de tributos.

26 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz da Lava Jato nega que prisões sejam para garantir acordos de delação

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF) negou ontem que tenha determinado a manutenção da prisão de investigados para forçá-los a fazer acordos de delação premiada. A hipótese foi levantada por advogados de executivos presos pela PF.

Em despacho protocolar no processo, Moro afirmou que as prisões dos investigados foram devidamente fundamentadas. “Se, após a prisão, o investigado decidir colaborar, ou não, com a investigação, trata-se de escolha voluntária dele, que não guarda relação necessária com a manutenção ou revogação da preventiva, o que será decidido à parte.”

O juiz também afirmou as decisões no processo não estão relacionadas com os acordos. “Aliás, a esse respeito, observo que este julgador autorizou a soltura de vários dos investigados presos temporariamente e indeferiu a prisão preventiva requerida pelo MPF [Ministério Público Federal] de outros, sem qualquer correlação necessária com a colaboração deles com a investigação, aliás, em linhas gerais, inexistente. Esse fato já revela, por si só, a inconsistência do argumento de que se prende para obter confissões com o histórico dos autos”, ressaltou.

No mesmo despacho, Moro considerou “fantasiosa” a argumentação de advogados de que ele está ocultando nome de parlamentares nos processos para

que a investigação continue na primeira instância.

Na semana passada, o advogado do vice-presidente da empresa Engevix, Gerson de Mello Almada, preso na operação, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão da investigação. Segundo a defesa, Moro não poderia ter prosseguido com a investigação, uma vez que foram citados nomes de parlamentares. Ele argumenta que os autos deveriam ser remetidos ao STF, instância adequada para investigar parlamentares, que têm foro privilegiado.

Para o juiz, tal argumentação de invasão de competência não se justifica, pois o pedido de busca e apreensão em que a prisão dos executivos foi decretada não envolve parlamentares. Em outras ações penais em que houve pedidos para que os investigados não citassem parlamentares, a medida foi tomada justamente para manter a autoridade do Supremo.

“A orientação realizada por este julgador, na ação penal para que os depoentes não indicassem, em audiência, o nome de agentes políticos visou, a toda evidência, não esconder o fato da possível ocorrência de crimes da espécie, ou seja, corrupção de agentes políticos, naquele momento aliás já divulgado publicamente, mas, sim, preservar a autoridade da decisão da Suprema Corte, que decretou sigilo sobre este conteúdo específico da colaboração premiada de Paulo Roberto Costa”, justificou.

JUIZ DEVE LIBERAR R\$ 4 MI BLOQUEADOS NA CONTA DE EXECUTIVO

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, deve desbloquear R\$ 4 milhões, depositados em contas do vice-presidente da Engevix, Gerson Almada, preso pela PF. Em despacho, divulgado ontem Moro afirmou que vai liberar o excesso das demais contas do investigado, após transferir mais de R\$ 20 milhões para uma conta da Justiça Federal.

26 NOV 2014

METRO

Juiz nega ocultação dos nomes de políticos

O juiz federal Sérgio Moro, que preside o processo da operação Lava Jato, classificou como “fantasiosa” a insinuação de que estaria ocultando o nome de políticos, que têm foro privilegiado, para evitar a transferência do caso para o STF (Supremo Tribunal Federal).

A tese foi formulada pelos advogados do vice-presidente da empreiteira Engevix, Gerson Almada, que continua sob prisão preventiva na carceragem da PF em Curitiba.

O questionamento da defesa de Almada, coordenada pelo advogado Fábio Tofic, foi encaminhada a Moro na última segunda-feira pelo ministro do STF Teori Zavascki.

Moro publicou um despacho no início da tarde, negando a acusação. “Aliás (...), esclareço ser fantasiosa a argumentação de que este Juízo estaria ocultando o nome de agentes políticos envolvidos nos crimes para preservar a competência em primeiro grau de jurisdição se é isso que se pretende com o acesso a esses depoimentos”, esclarece um trecho do documento.